

Declaração do Contador

O propósito desta declaração leva em consideração as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicados ao setor público como a Lei 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP.

As Demonstrações Contábeis da Sudeco são as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC).

A conformidade contábil das demonstrações é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Com a implantação do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços possibilitou o melhor controle dos estoques de materiais e bens patrimoniais na Autarquia. O SIADS permite o registro e o cálculo automático da depreciação dos bens permanentes e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real.

Ressalvas

Restrição	Descrição
315	Falta/Restrição Conformidade Registros Gestão
656	Convênios a Comprovar com data expirada
657	Convênios a Aprovar com data expirada
773	TED a comprovar com data expirada
775	TED a repassar expirados

Justificativas da permanência:

Restrição 315

A restrição 315 se refere à lacuna de certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, incluídos no SIAFI, e a existência de documentos hábeis que comprovam as operações não registradas em tempo oportuno, de acordo com a Macrofunção SIAFI 02.03.14 - Conformidade de Registro de Gestão, implica no

encaminhamento de mensagens geradas automaticamente pelo Sistema SIAFI (COMUNICA).

Restrição 656, 657, 773 e 775

A seguir se apresenta a situação das transferências em 31/12/2021 nas UGs 533018 (Sudeco) e 533027 (Sudeco – Caixa):

	Contém Saldos	Total	Vigência Expirada
Convênios	A Comprovar	419	200
	A Aprovar	48	2
TED	A Repassar	5	2
	A Comprovar	4	2

Pode-se apontar alguns fatores que contribuem para a ocorrência dessas restrições:

- Atrasos na execução das transferências, que decorrem da necessidade de elaboração pelo conveniente e análise pelo concedente de documentação e instrução processual e da demora no recebimento de recursos financeiros;
- Insuficiência e/ou indisponibilidade de recursos humanos capacitados para atuar na análise e fiscalização de convênios, gerando um passivo de processos que aguardam prestação de contas física e financeira e análise de pedidos ajustes de projetos;

Providências tomadas:

Alinhamento com os setores envolvidos enviando esforços com o intuito de melhorar os processos internos a fim de evitar danos à instituição. A título de exemplo, abertura de processo no SEI (nº 59800.000925/2018-15 e 59800.001403/2021-36) específicos para acompanhar as restrições contábeis no SIAFI dos registros de transferências voluntárias com lista de todas as transferências com registro no SIAFI, evidenciando as que estão expiradas e com saldos pendentes, a fim de auxiliar a análise das unidades para regularização de eventuais pendências.

Declaração

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis do SIAFI: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

Brasília, 31 de janeiro de 2022.

Ana Yukie Nakandakari Ishihara

CRC nº 022152/O-DF

Contadora

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	NE	2021	2020
Ativo Circulante		7.178.578,70	9.593.268,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	5.411.421,93	6.337.293,54
Créditos a Curto Prazo		1.717.404,13	3.206.222,34
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.717.404,13	3.206.222,34
Estoques		49.752,64	49.752,64
Ativo Não Circulante		9.160.853,04	8.052.574,14
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.257.463,07	2.886.966,57
Créditos a Longo Prazo		4.257.463,07	2.886.966,57
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		4.257.463,07	2.886.966,57
Imobilizado	3	1.596.827,92	1.859.045,52
Bens Móveis		1.596.827,92	1.859.045,52
Bens Móveis		4.636.869,69	4.636.869,69
(-) Depreciação de Bens Móveis		-3.040.041,77	-2.777.824,17
Intangível	4	3.306.562,05	3.306.562,05
Softwares		3.306.562,05	3.306.562,05
Total do Ativo		16.339.431,74	17.645.842,66
PASSIVO	NE	2021	2020
Passivo Circulante	5	131.428.396,58	73.042.670,74
Obrigações Trabalh.Previd. E Assist. a Curto Prazo		608.583,38	632.987,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.705.551,46	625.425,37
Obrigações de Repartição a Outros Entes		75.641.376,39	
Demais Obrigações a Curto Prazo		53.472.885,35	71.784.257,39
Passivo Não Circulante		-	-
Total do Passivo Exigível		131.428.396,58	73.042.670,74
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		-115.088.964,84	-55.396.828,08
Resultado do Exercício	6	-59.692.136,76	-9.843.585,07
Resultados de Exercícios Anteriores		-55.396.828,08	-50.386.995,35
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	4.833.752,34
Total do Patrimônio Líquido		-115.088.964,84	-55.396.828,08
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		16.339.431,74	17.645.842,66

Fonte: SIAFI (em R\$).

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Ativo Financeiro	5.413.722,20	6.338.420,87	Passivo Financeiro	343.857.125,35	296.156.866,23
Ativo Permanente	10.925.709,54	11.307.421,79	Passivo Permanente	63.257.414,21	30.531.794,30
Saldo Patrimonial	390.775.107,82	309.042.817,87			

Quadro de Compensações

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Saldos dos Atos Potenciais Ativos	222.265.257,15	254.990.877,06	Saldos dos Atos Potenciais Passivos	471.483.392,47	343.607.729,34
Atos Potenciais Ativos	222.265.257,15	254.990.877,06	Atos Potenciais Passivos	471.483.392,47	343.607.729,34
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	222.263.607,26	254.989.227,17	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	467.379.921,45	339.900.272,75
Direitos Contratuais a Executar	1.649,89	1.649,89	Obrigações Contratuais	4.103.471,02	3.707.456,59
Total	222.265.257,15	254.990.877,06	Total	471.483.392,47	343.607.729,34

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários	-308.384.243,09
Recursos Vinculados	-30.059.160,06
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-230.719,75
Previdência Social (RPPS)	-192,64
Dívida Pública	-31.512.565,49
Outros Recursos Vinculados a Fundos Órgãos e Programas	1.684.317,82
Total	-338.443.403,15

Fonte: SIAFI (em R\$).

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas		205.555.360,89	161.132.510,74
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		492.870,97	366.960,72
Juros e Encargos de Mora			746,61
Remun. de Depósitos Bancários e Aplicações		492.870,97	366.214,11
Transferências e Delegações Recebidas		191.283.328,76	151.617.301,13
Transferências Intragovernamentais		191.283.328,76	151.617.301,13
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desincorpor. de Passivos		3.054.242,61	369.167,89
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	369.167,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.054.242,61	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		10.724.918,55	8.779.081,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		10.724.918,55	8.779.081,00
Variações Patrimoniais Diminutivas		265.247.497,65	170.976.095,81
Pessoal e Encargos		10.928.335,88	11.586.921,57
Remuneração a Pessoal		8.859.954,87	9.484.469,48
Encargos Patronais		1.466.029,72	1.468.561,53
Benefícios a Pessoal		602.351,29	633.890,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		88.562,61	39.912,54
Pensões		75.507,12	23.285,16
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		13.055,49	16.627,38
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		16.199.136,07	10.685.001,47
Uso de Material de Consumo		434.136,53	32.017,76
Serviços		15.502.781,94	10.279.154,93
Depreciação, Amortização e Exaustão		262.217,60	373.828,78
Transferências e Delegações Concedidas		204.454.923,53	129.041.909,08
Transferências Intragovernamentais		45.556.581,84	86.391.826,17
Transferências Intergovernamentais		158.898.341,69	42.649.576,67
Outras Transferências e Delegações Concedidas			506,24
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorpor. de Passivos		33.542.958,30	19.560.560,76
Incorporação de Passivos		33.428.207,02	18.191.295,72
Desincorporação de Ativos		114.751,28	1.369.265,04
Tributárias		19.723,58	61.790,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	38.913,62
Contribuições		19.723,58	22.876,77
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		13.857,68	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		13.857,68	-
Resultado Patrimonial do Período	6	-59.692.136,76	-9.843.585,07

Fonte: SIAFI (em R\$).

Balanco Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Prev.Atualizada	Rec.Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	913.347,00	913.347,00	1.464.939,85	551.592,85
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	460.368,00	460.368,00	491.147,89	30.779,89
Valores Mobiliários	460.368,00	460.368,00	491.147,89	30.779,89
Outras Receitas Correntes	452.979,00	452.979,00	973.791,96	520.812,96
Demais Receitas Correntes	452.979,00	452.979,00	973.791,96	520.812,96
Receitas de Capital	18.679.152,00	18.679.152,00	-	-18.679.152,00
Operações de Crédito	18.679.152,00	18.679.152,00	-	-18.679.152,00
Operações de Crédito Internas	18.679.152,00	18.679.152,00	-	-18.679.152,00
Subtotal de Receitas	19.592.499,00	19.592.499,00	1.464.939,85	-18.127.559,15
Refinanciamento	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento	19.592.499,00	19.592.499,00	1.464.939,85	-18.127.559,15
Déficit			234.622.156,62	234.622.156,62
Total	19.592.499,00	19.592.499,00	236.087.096,47	216.494.597,47
Créditos Adicionais Abertos		1.826.296,00		-1.826.296,00
Créditos Cancelados		1.826.296,00		

Despesas

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes	26.428.704,00	26.984.691,00	26.700.695,60	20.805.535,21	19.932.989,91	283.995,40
Pessoal e Encargos Sociais	10.813.988,00	11.839.209,00	11.663.064,06	10.318.753,77	9.714.676,09	176.144,94
Outras Despesas Correntes	15.614.716,00	15.145.482,00	15.037.631,54	10.486.781,44	10.218.313,82	107.850,46
Despesas de Capital	213.189.596,00	214.459.905,00	209.386.400,87	7.785.324,65	7.785.324,65	5.073.504,13
Investimentos	213.189.596,00	214.459.905,00	209.386.400,87	7.785.324,65	7.785.324,65	5.073.504,13
Subtotal das Despesas	239.618.300,00	241.444.596,00	236.087.096,47	28.590.859,86	27.718.314,56	5.357.499,53
Subtotal com Refinanciamento	239.618.300,00	241.444.596,00	236.087.096,47	28.590.859,86	27.718.314,56	5.357.499,53
Total	239.618.300,00	241.444.596,00	236.087.096,47	28.590.859,86	27.718.314,56	5.357.499,53

Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	3.471.248,08	9.262.525,18	1.627.038,20	1.438.688,51	3.278.685,44	8.016.399,31
Pessoal e Encargos Sociais	1.777.719,37	569.005,28	-	-	1.777.719,37	569.005,28
Outras Despesas Correntes	1.693.528,71	8.693.519,90	1.627.038,20	1.438.688,51	1.500.966,07	7.447.394,03
Despesas de Capital	151.366.985,36	89.322.374,03	154.290.878,90	121.741.842,04	26.036.623,74	92.910.893,61
Investimentos	151.366.985,36	89.322.374,03	154.290.878,90	121.741.842,04	26.036.623,74	92.910.893,61
Total	154.838.233,44	98.584.899,21	155.917.917,10	123.180.530,55	29.315.309,18	100.927.292,92
Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldos	
Despesas Correntes	24.178,71	806.342,70	806.150,06	-	24.371,35	
Pessoal e Encargos Sociais	-	634.379,65	634.187,01	-	192,64	
Outras Despesas Correntes	24.178,71	171.963,05	171.963,05	-	24.178,71	
Despesas de Capital	36.382.083,57	5.296.500,00	4.791.968,95	2.350.000,00	34.536.614,62	
Investimentos	36.382.083,57	5.296.500,00	4.791.968,95	2.350.000,00	34.536.614,62	
Total	36.406.262,28	6.102.842,70	5.598.119,01	2.350.000,00	34.560.985,97	

Fonte: SIAFI (em R\$).

Balanco Financeiro

	NE	2021	2020
INGRESSOS			
Receitas Orçamentárias		1.464.939,85	1.692.563,97
Ordinárias		-	-
Vinculadas		1.464.939,85	1.692.563,97
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.464.939,85	973.971,97
Outros Recursos Vinculados		-	718.592,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-
Transferências Financeiras Recebidas		191.277.871,76	151.617.301,13
Resultantes da Execução Orçamentária		25.224.608,81	18.878.623,51
Repasse Recebido		25.224.608,81	18.488.623,51
Sub-repasse Recebido		-	390.000,00
Independentes da Execução Orçamentária		166.053.262,95	132.738.677,62
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		165.924.013,60	132.701.136,86
Demais Transferências Recebidas		37.266,85	18.770,38
Movimentação de Saldos Patrimoniais		91.982,50	18.770,38
Recebimentos Extraorçamentários		217.330.834,01	104.397.017,42
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		872.545,30	806.294,70
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		207.496.236,61	98.807.756,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		574.360,92	6.287,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8.387.691,18	4.776.679,31
Cancelamento de obrigações do Exercício Anterior		1.655,50	-
Arrecadação de Outra Unidade		8.380.630,09	4.776.679,31
Demais Recebimentos		5.405,59	
Saldo do Exercício Anterior		6.337.293,54	8.316.591,88
Caixa e Equivalente de Caixa		6.337.293,54	8.453.091,88
TOTAL		416.410.939,16	266.023.474,40
DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias		236.087.096,47	123.751.595,51
Ordinárias		231.097.194,06	70.549.175,70
Vinculadas		4.989.902,41	53.202.419,81

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

Unidade Gestora: 533018

Exercício: 2021

Seguridade Social (Exceto Previdência)	414.395,00	92.856,00
Previdência Social (RPPS)	-	13.000,00
Dívida Pública	-	51.194.069,28
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.575.507,41	1.902.494,53
Transferências Financeiras Concedidas	45.556.581,84	86.391.826,17
Resultantes da Execução Orçamentária	23.783.593,25	50.160.091,26
Sub-repasse Concedido	23.783.593,25	49.205.339,64
Repasse Devolvido	-	954.751,62
Independentes da Execução Orçamentária	21.772.988,59	36.231.734,91
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.263.109,15	31.417.514,84
Demais Transferências Concedidas	37.266,85	
Movimento de Saldos Patrimoniais	8.472.612,59	4.814.220,07
Pagamentos Extraorçamentários	129.355.838,92	49.542.759,18
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.598.119,01	13.336.687,88
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	123.180.530,55	36.197.751,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	574.360,92	6.287,06
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.828,44	2.032,83
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento	1.655,50	577,04
Valores Compensados	1.172,94	1.127,33
Demais Pagamentos	-	328,46
Saldo para o Exercício Seguinte	5.411.421,93	6.337.293,54
Caixa e Equivalente de Caixa	5.411.421,93	6.337.293,54
TOTAL	416.410.939,16	266.023.474,40

Fonte: SIAFI (em R\$).

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	2.457.216,58	-33.132,06
Ingressos	201.704.863,71	158.092.831,47
Remuneração das Disponibilidades	491.147,89	365.180,85
Outras Receitas Derivadas e Originárias	973.791,96	1.327.383,12
Outros Ingressos Operacionais	200.239.923,86	156.400.267,50
Ingressos Extraorçamentários	574.360,92	6.287,06
Cancelamento de Obrigações do Exercício	1.665,50	
Anterior		
Transferências Financeiras Recebidas	191.277.871,76	151.617.301,13
Arrecadação de Outra Unidade	8.380.630,09	4.776.679,31
Demais Recebimentos	5.405,59	
Desembolsos	-199.247.647,13	-158.125.963,53
Pessoal e Demais Despesas	-20.752.571,13	-19.983.375,13
Administração	-20.669.351,97	-19.959.512,93
Previdência Social	-81.563,66	-23.285,16
Ordens Bancárias não sacadas-Cartão de	-1.655,50	-577,04
Pagamento		
Transferências Concedidas	-132.362.960,30	-51.743.019,38
Intergovernamentais	-130.936.047,45	-50.316.247,09
A Estados e/ou Distrito Federal	-90.039.516,79	-
A Municípios	-40.896.530,66	-50.316.247,09
Intragovernamentais	-1.426.912,85	-1.426.772,29
Outros Desembolsos das Operações	-46.132.115,70	-86.399.569,02
Dispêndios Extraorçamentários	-574.360,92	-6.287,06
Transferências Financeiras Concedidas	-45.556.581,84	-86.391.826,17
Valores Compensados	-1.172,94	-1.127,33
Demais Pagamentos		-328,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-3.383.088,19	-1.946.166,28
Desembolsos	-3.383.088,19	-1.946.166,28
Aquisição de Ativo Não Circulante		-288.145,95
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.383.088,19	-1.658.020,33
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-925.871,61	-1.979.298,34
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	6.337.293,54	8.316.591,88
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	5.411.421,93	6.337.293,54

Fonte: SIAFI (em R\$).

Contexto Operacional

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, criada pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014 e pelo Decreto nº 8.890, de 27 de outubro de 2016, é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

A Sudeco tem a finalidade de promover o desenvolvimento regional e compete à Superintendência definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, da Lei nº 4.320/64, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei nº 10.180/2001. E em consonância, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

São apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** - A moeda funcional é o Real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados

e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.
- **Estoques** – Compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - **Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o

resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

- **No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- **No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual Siafi. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Além dos processos realizados mensalmente, a Unidade Gestora encaminha a Declaração do Contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o Contador Responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa é praticamente composta pela Conta Única para

atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Tendo em vista o Decreto nº 8.067/2013 e observada a IN STN Nº 04/2004 fica autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes a operação com empresas. Os recursos aplicados são receitas próprias referentes aos 2% previstos nas liberações do FDCO e as receitas de aplicações financeiras.

Vide a seguir sua composição:

Tabela – Caixa e Equivalentes de Caixa (em R\$)

	Dez/2021	Dez/2020
CTU -Recursos da Conta Única Aplicados	3.876.270,21	5.249.097,14
Limite de Saque com Vinculação de PGTO	427.247,13	280.274,88
Lim de Saque C/Vinc.PGTO–Ordem PGTO	1.107.904,59	807.921,52
Total	5.411.421,93	6.337.293,54

Fonte: SIAFI.

Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um saldo de R\$ 5,41 milhões e decréscimo de 14,61% com relação 2020, quando apresentou saldo de R\$ 6,33 milhões.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa é apresentada no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Tabela – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo (em R\$)

	Dez/2021	Dez/2020
Adiantamentos Concedidos	1.074.599,67	2.451.562,62
Créditos por Danos ao Patrimônio	133.958,54	133.958,54
Outros Cred. A Rec. E Valores – Adiantamento TED	506.545,65	619.573,85
Tributos a Recuperar/Compensar	2.300,27	1.127,33
Total	1.717.404,13	3.206.222,34

Fonte: SIAFI.

A composição da conta Adiantamentos Concedidos, são registrados os valores referentes à prestação de serviços abrangendo as atividades de gestão operacional para a execução dos contratos de repasse firmados no âmbito dos programas e ações geridos pela Sudeco com a Caixa Econômica Federal.

Nota 3 – Imobilizado

O valor nominal de bens móveis registrados em 31/12/2021 equivale a R\$ 4,63 milhões e o valor contábil líquido R\$ 1,59 milhão e distribuídos em itens patrimoniais conforme a tabela a seguir.

Tabela – Bens Móveis – Composição (em R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	187.322,90	187.322,90
Bens de Informática	2.851.666,46	2.851.666,46
Móveis e Utensílios	816.809,87	816.809,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	49.005,99	49.005,99
Veículos	562,31	562,31
Demais Bens Móveis	731.502,16	731.502,16
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.040.041,77)	(2.777.824,17)
Total	1.596.827,92	1.859.045,52

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2021 não ocorreu nenhuma aquisição de novos itens conforme observada na tabela abaixo.

	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)	2021			2020		
			Custo	Deprec. Acum.	Saldo Líquido	Custo	Deprec. Acum.	Saldo Líquido
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10	4.479,00	-1.452,75	3.026,25	4.479,00	-1.229,25	3.249,75
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20	172.986,13	-77.426,11	95.560,02	172.986,13	-65.902,01	107.084,12
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	680,78	-285,60	395,18	680,78	-234,60	446,18
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10	3.895,99	-947,28	2.948,71	3.895,99	-752,48	3.143,51
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10	5.281,00	-1.809,49	3.471,51	5.281,00	-1.414,19	3.866,81
Equipamentos de Tecnologia da Inform. E Comunicação/TIC	5	10	2.851.666,46	-2.086.589,52	765.076,94	2.851.666,46	-1.933.549,22	918.117,24
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	11.047,17	-5.314,53	5.732,64	11.047,17	-4.487,13	6.560,04
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	400,00	-258,00	142,00	400,00	-228,00	172,00
Mobiliário em Geral	10	10	805.362,70	-456.570,00	348.792,70	805.362,70	-396.238,80	409.123,90

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
 Unidade Gestora: 533018
 Exercício: 2021

Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10	242,94	-46,46	196,48	242,94	-26,26	216,68
Equipamentos para Áudio, Vídeos e Fotos	10	10	48.763,05	-20.078,78	28.684,27	48.763,05	-16.422,48	32.340,57
Veículos em Geral	15	10	562,31	-143,31	419,00	562,31	-115,21	447,10
Veículos de Tração Mecânica	15	10	285.698,28	-131.773,96	153.924,32	285.698,28	-131.773,96	153.924,32
Bens Móveis a Alienar			285.698,28			285.698,28		
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10	425.273,28	-257.345,98	167.927,30	425.273,28	-225.450,58	199.822,70
Material de Uso Duradouro	-	-	20.530,60	-	20.530,60	20.530,60	-	20.530,60
Total			4.636.869,69	-3.040.041,77	1.596.827,92	4.636.869,69	-2.777.824,17	1.859.045,52

Fonte: SIAFI.

Depreciação de bens móveis	
Bens Móveis R\$ 4,63 milhões	Depreciação 65,56%

Todo o imobilizado é registrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços, que permite o registro e o cálculo automático da depreciação de bens permanentes e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real. O atual sistema de patrimônio atende às necessidades do setor de patrimônio na elaboração do Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, esse método provocou uma redução nos ativos em 65,56%.

Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2021, totalizava R\$ 3,3 milhões e está distribuído conforme a tabela a seguir:

Tabela – Intangível – Composição (em R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Software com Vida Útil Definida	124.312,05	124.312,05
Software com Vida Útil Indefinida	3.182.250,00	3.182.250,00
Total	3.306.562,05	3.306.562,05

Fonte: SIAFI.

Em 2021 não houve nenhuma movimentação no Intangível. Estão distribuídos como: softwares com vida útil definida, sujeitos à amortização, e de vida útil indefinida. Salientamos que não houve a amortização desses itens o que causa uma superavaliação do Ativo na unidade.

Nota 5 – Passivo Circulante

A conta do Passivo Circulante é composta conforme a tabela abaixo:

Tabela – Composição do Passivo Circulante (em R\$)

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Curto Prazo	608.583,38	632.987,98	-3,85%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.705.551,46	625.425,37	172,70%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	75.641.376,39	-	
Demais Obrigações a Curto Prazo	53.472.885,35	71.784.257,39	-25,51%
Total	131.428.396,58	73.042.670,74	79,93%

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

O saldo com Obrigações Trabalhistas corresponde a provisão de remunerações, férias a pagar e encargos sociais a pagar. A conta Fornecedores e Contas a Pagar apresentou um saldo de R\$ 1,70 milhão, todos classificados a curto prazo. Em Obrigações de Repartição a Outros Entes e Demais Obrigações a Curto Prazo é composta praticamente por contas Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Financeiras a Comprovar – TED, correspondendo a 98,24% do Passivo Circulante.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

Tabela – Resultado Patrimonial (em R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Resultado do Exercício	-59.692.136,76	-9.843.585,07	506,41%

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

Tabela – Variações Patrimoniais Quantitativas (em R\$)

Variações Patrimoniais Quantitativas	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	205.555.360,89	161.132.510,74	27,57%
Variações Patrimoniais Diminutivas	265.247.497,65	170.976.095,81	55,14%
Resultado Patrimonial	-59.692.136,76	-9.843.585,07	506,41%

Observação: AH – análise horizontal.

Fonte: SIAFI.

O resultado patrimonial de 2021 variou em torno de 506,41% em relação a 2020. A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

Das VPAs, o item significativo foi Transferências e Delegações Recebidas, especialmente as Transferências Intragovernamentais, que representou 93,06% correspondente ao montante de R\$ 191,28 milhões que compreendem as variações decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária e valores recebidos para

pagamento de restos a pagar (recursos extraorçamentários).

Das VPDs, o item que apresentou o maior montante foi o de Transferências e Delegações Concedidas, com destaque para as Transferências Intragovernamentais Concedidas e Transferências Intergovernamentais Concedidas. Em termos percentuais, essas transferências correspondem a 77,08%.

Conforme demonstrado no Balanço Patrimonial, a Sudeco encerrou o exercício de 2021 com um patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) da ordem de R\$ 115,08 milhões.

Com relação as transferências e delegações recebidas e concedidas elas são resultado da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar, e varia de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.